

FUNCIONÁRIOS LEVAM DEMANDAS PARA O BNB

Diversas demandas relacionadas ao ambiente de trabalho foram levadas pela AFBNB (Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil) durante reunião com o BNB, mas nenhuma solução foi dada.

Os funcionários cobraram a convocação de concursados, reintegração de demitidos, isonomia entre funções, questões específicas dos gerentes de negócios-Pronaf, revisão do PCR e licença-prêmio durante a vida laboral. Foram abordados ainda os casos de práticas de assédio moral e os comandos de falta decorrentes das mobilizações do ano passado.

A AFBNB cobrou uma política de recursos humanos de valorização que dê conta da multiplicidade e da diversidade do corpo funcional do BNB. No entanto, a direção do banco afirmou que as faltas serão tratadas em acordo coletivo e as demais demandas estão sendo analisadas e acompanhadas.

PLR

Os empregados também cobraram PLR (Participação nos Lucros e Resultados) justa. O banco foi questionado sobre o último balanço e a diferença entre o lucro operacional e o lucro líquido.

O BNB apenas apresentou um breve resul-



tado e informou que o pagamento da PLR está previsto para ser realizado até 20 de abril. Mas, os representantes dos funcionários querem a antecipação.

Também foi cobrada resposta sobre a diferença da PLR de 2012, quando os empregados houve acréscimo no lucro líquido, após revisão do balanço, e os empregados não receberam a diferença. Uma ação da AFBNB cobrando o pagamento da diferença segue em tramitação na Justiça.

Fonte: SBBA

EMPREGADOS DA CAIXA EM DEFESA DO PLANO DE SAÚDE



Trabalhadores de todo o país têm penado com as questões relacionadas aos planos de saúde. Com os empregados na Caixa não é diferente e a mobilização em defesa do convênio médico continua forte. Os conselheiros eleitos da assistência médica esperam ter acesso aos números de 2017 na reunião do dia 23. Até agora, os dados não foram divulgados.

Os ataques do governo não param. A direção insiste que o modelo de custeio do plano é insustentável para tentar justificar a redução da participação da empresa e o aumento realizado de forma unilateral.

Graças a liminar obtida pelas entidades que representam os bancários de todo o país, o aumento está suspenso até o julgamento da ação na Justiça do Trabalho, marcado para 30 de maio. Importante destacar que o reajuste infringe o acordo coletivo de trabalho, vigente até 31 de agosto.

Tem mais, o governo publicou em janeiro duas resoluções da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União) que limitam a 8% da folha de pagamento o desembolso das empresas públicas com os planos de saúde para os empregados.

Depois disso, o novo estatuto da instituição estipulou o teto para os gastos com uma trava em 6,5% da folha de pagamento mais o valor de todos os benefícios pagos aos aposentados, descontada a parcela do INSS. No atual modelo de custeio, a Caixa arca com 70% das despesas assistenciais e 100% das despesas administrativas.

Fonte: SBBA

REPRESENTANTES DE EMPRESAS PÚBLICAS SE REÚNEM CONTRA NOVOS ATAQUES DO GOVERNO TEMER

O Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas realizou a primeira reunião de 2018 contra a nova ofensiva do governo ilegítimo de Temer em ataque às empresas públicas e seus empregados.

Ao fim do encontro, realizado em Brasília, o grupo divulgou nota de repúdio à tentativa de intimidação e censura contra empregados e entidades sindicais que manifestem opinião contrária à da direção das empresas ou do atual governo.

O desmonte das empresas públicas por



meio da retirada de direitos dos trabalhadores foi um dos principais assuntos debatidos na ocasião.

Fonte: SP Bancários